

Fiesp teme alta de inflação se governo não ordenar economia

23 AGO 1985

Ordenar o crescimento, evitando que a forte expansão da massa real de salários induza ao descontrole da inflação, deve ser a estratégia urgente a ser adotada pelo governo, na opinião do diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Paulo Francini. A sua afirmação baseia-se no último levantamento de conjuntura da entidade, o qual aponta setores divergentes: enquanto o Indicador de Nível de Atividade (desempenho da indústria) cresceu 11,5% em junho, relativamente ao mesmo mês do ano passado, o total de salários reais expandiu-se 29,4%. Isso demonstra um desajuste da política econômica, segundo Francini, e indica a necessidade de o governo explicitar o que pretende.

"Sabia-se que na Nova República haveria pressão salarial, e houve muita vacilação do governo em não definir sua política nessa área. O setor privado tentou dar exemplo segurando os salários, mas não foi seguido pelo setor público", diz Francini, ao destacar que o salário, representando 50% da renda nacional, inclui toda a administração pública, estando, portanto, diretamente relacionado ao déficit público. "Agora jogouse lenha em cima do salário e os sinais vermelhos do Planalto mostram o temor da inflação, cujas taxas de agosto indicam a coerência da Fiesp quando alertava sobre a política de controle de preços e expansão de salários."

Hoje, segundo ele, o País começa a contabilizar o que foi pactuado em março e abril. O quadro não é caótico mas, em sua opinião, tem componentes complicados, porque a expansão de salário aquece a demanda e aumenta a inflação. A curto prazo, ele não prevê grandes alterações: o emprego, salário e produção da indústria devem continuar crescendo, mas a partir do próximo ano há sérios riscos de retorno da recessão ou acirramento da inflação, isso porque até agora o governo colheu a fase mais agradável do controle. "O período — afirma — foi confortável porque a flexibilização da política salarial resolveu politicamente as pressões e, contabilmente, não registrou problemas."

Ao mesmo tempo, o congelamento de preços conseguiu segurar temporariamente a inflação. "Mas agora começa o jogo da verdade: o congelamento causou um déficit público de Cr\$ 16 trilhões, o que exigirá a emissão de títulos, segundo o próprio ministro do Planejamento, que está defendendo a recuperação dos preços".

A solução, segundo Francini, parece conduzir ao grande pacto social, onde todos se contentem com um crescimento de 5%. "O que não dá é para expandir salário a 20% e a economia a 5%", conclui. De fato, é isso que aponta o levantamento da Fiesp: hoje o INA encontra-se no mesmo nível de 1980, as vendas reais próximas de 1979; o pessoal ocupado

e as horas trabalhadas na produção nos patamares de 1976, mas a massa de salários já recuperou as perdas dos últimos dois anos.

INDICADORES

O crescimento dos salários, de acordo com o Departamento de Economia da Fiesp, deve-se ao aumento do número de horas trabalhadas por pessoa e à diferença entre a evolução do INPC (utilizado para reajustar salários) e o Índice de Custo de Vida de São Paulo — Fipe — (usado como deflator). Nos últimos 12 meses até julho, o ICV registrou 185,6%, contra 221,3% do INPC, o que mostra um crescimento real de 12,5% nos salários. Além disso, a adoção da trimestralidade e uma mudança na estrutura de emprego, com redução do pessoal de menor qualificação, explicam a elevação da massa real de salários.

As variáveis ligadas à produção também mostram evolução: o índice de vendas reais, após quedas de 8,2% e 5,9% em abril e maio, cresceu 3,1% em junho, acumulando expansão de 1,8% no semestre. As horas trabalhadas na produção passaram de 10,9% em abril e 9,3% em maio para 12% em junho e 12,7% no acumulado do ano. Com isso, o Indicador de Nível de Atividade saltou de 5,4% em abril e 7,5% em maio para 11,5% em junho, sempre em relação ao mesmo mês do ano passado, registrando expansão de 11% no semestre. O desempenho da indústria foi uma surpresa, como admite Paulo Francini.

Até último mês, as taxas positivas eram justificadas pela comparação com períodos ruins do ano passado e pela formação de estoques preventivos em função de temor de greves. Não havia otimismo quanto ao futuro, prevendo-se uma queda nas taxas de crescimento até fechar o ano com índices ao redor de 7%. O ritmo de crescimento, no entanto, mostrou solidez, com uma taxa expressiva de 11,8% nos últimos 12 meses.

A grande justificativa para o comportamento do setor industrial, segundo Francini, está no mercado interno. Ao contrário do início do processo de recuperação, hoje é o mercado interno que está puxando o crescimento, devido ao aumento da oferta de trabalho. Os dados do Departamento de Documentação e Estatística mostram um crescimento no nível de emprego de 0,42% (em julho) e da massa real de salários. A exportação, por sua vez, só pelo fato de não ter caído já está contribuindo para o aumento do ritmo de atividade.

Em termos setoriais, nota-se que todos os segmentos apresentam crescimento no semestre sendo estes os mais expressivos: mecânica — 20,6%; material elétrico e de comunicações — 19,4%; têxtil — 17,5%; produtos de matérias plásticas — 17%, e mesmo alimentação, que vinha caindo, teve expansão de 0,8%.